

A história da Voz do Brasil: uma proposta de periodização¹

Erivelto AMARANTE²
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Criada em 1935, A Voz do Brasil é o programa radiofônico mais antigo do país. O artigo propõe uma periodização da história do noticiário a partir de uma linha do tempo dividida em cinco eixos: (1) Primeiros anos, da origem até 1964; (2) Período autoritário, até o fim da ditadura militar; (3) Reformulação estética, entre 1985 e 2002; (4) Comunicação pública, entre 2003 e 2015; (5) Volta ao passado, a partir 2016 até a atualidade. O resultado apontou que o noticiário oficial foi usado por diferentes governos como ferramenta de propaganda política. Após um respiro durante os governos Lula e Dilma, o programa voltou às origens autoritárias com os presidentes seguintes.

Palavras-chave: História da Mídia Sonora; A Voz do Brasil; Rádio; Comunicação pública; Jornalismo.

Introdução

A Voz do Brasil é o programa de rádio mais antigo do país. A primeira edição foi ao ar em 22 de julho de 1935. Por sua vez, os ouvintes mais antigos podem referir-se ao noticiário pelo nome Hora do Brasil, como era chamado no início. Outra característica marcante presente no imaginário popular de muitos brasileiros é o seu tema de abertura: a ópera O Guarani, de Carlos Gomes, que posteriormente ganhou outros arranjos. Já o início do programa ficou marcado pelo bordão “em Brasília, 19 horas”, posteriormente alterado para “sete horas, em Brasília”. Contudo, o que pouco mudou em quase cem anos de história foi o uso do programa como instrumento político por quase todos os governos.

A obrigatoriedade da transmissão por todas as emissoras de rádio é uma das maiores polêmicas do programa, que surgiu como parte de um projeto autoritário do governo de Getúlio Vargas. Inspirado no modelo de propaganda nazifascista, a atração tinha como objetivo a divulgação dos discursos presidenciais e a apresentação de artistas da música popular. Em um período em que o rádio começava a se fortalecer no país, ter o controle de uma hora da programação para transmitir as mensagens governamentais representava um ativo que nem mesmo os adversários de Vargas abriram mão. Embora com algumas flexibilizações, até hoje a transmissão do noticiário segue obrigatória.

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Sonora, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Comunicação pela UFPR. Bolsista Capes. E-mail: novo.eri@gmail.com

O principal objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de periodização para entendermos a história de A Voz do Brasil, que se confunde com a própria história do país. Ao longo das últimas décadas, o programa conseguiu resistir às sucessivas crises econômicas, instabilidades políticas e mudanças de governo, tendo passado por 23 presidentes e cinco constituições desde 1935. Não obstante, o artigo aborda a seguir os aspectos metodológicos. Na sequência, detalhamos os principais acontecimentos que marcaram cada período elencado. A última parte é dedicada para as considerações finais e a sugestão de novos estudos sobre o tema.

Metodologia

A periodização aqui utilizada é baseada na proposta de Agnes Heller (1997). Para a autora, é preciso observar a distinção “entre o 'presente' de uma época, de um acontecimento, de uma instituição do passado e seu próprio passado e futuro”. Nessa perspectiva, “o que se 'corta' é sempre o 'presente do passado’” (HELLER, 1997, p.133). Considerando que o nosso objeto de estudo, o programa A Voz do Brasil, possuiu uma trajetória de quase nove décadas no ar, o uso da abordagem de Heller nos permite “organizar esse material histórico, ou seja, ‘cortar’ determinados elos dessa corrente para alargá-los” (HELLER, 1997, p.134).

Para Heller, os cortes dos períodos visam “compreender a descontinuidade na continuidade”, sendo o “princípio organizativo de toda obra historiográfica e, portanto, uma ideia universalmente constitutiva da historiografia” (HELLER, 1997, p.134). Essa necessidade também foi observada por Braudel (1969), que pondera sobre a distinção entre os diferentes momentos observados. Para o autor, “todo trabalho histórico decompõe o tempo decorrido, escolhe entre suas realidades cronológicas, segundo preferências e opções exclusivas mais ou menos conscientes” (BRAUDEL, 1969, p. 44).

O programa analisado está inserido dentro de um contexto social que deve ser considerado e, ao mesmo tempo, é moldado diretamente pelos atores políticos que influenciam a sociedade com o exercício do poder político. Nesse sentido, Schudson (1993) entende que a descrição da relação dos meios de comunicação com a trajetória cultural, econômica e social precisa responder “de que modo estes meios influenciam as mudanças na comunicação e como estes são influenciados por outros aspectos das mudanças que vão ocorrendo na sociedade?” (SCHUDSON, 1993, p. 214).

Ferraretto (2012) fez uso da periodização para diferenciar a história do rádio no Brasil. Ele estabeleceu quatro cortes específicos: (1) fase de implantação, do final da década de 1910

até a segunda metade da década de 1930; (2) fase de difusão, do início da década de 1930 até a segunda metade da década de 1960; (3) fase de segmentação, do final da década de 1950 até o início do século 21; e (4) fase de convergência, de meados da década de 1990 até a atualidade (FERRARETTO, 2012). Ao refletir sobre a metodologia utilizada, o autor pontuou que “o processo que determina um ponto de corte é dinâmico e que não há uma ruptura total da fase anterior até a nova fase se tornar hegemônica” (FERRARETTO, 2018, p. 181).

Para a periodização de *A Voz do Brasil*, propomos cinco cortes: (1) Primeiros anos, entre 1935 até 1964; (2) Período autoritário, durante a ditadura militar; (3) Reformulação estética, entre 1985 e 2002; (4) Comunicação pública, entre 2003 e 2015; e (5) Volta ao passado, a partir de 2016 até a atualidade. Com isso, nosso intuito é criar uma linha do tempo, com separações a partir de cortes marcantes, considerando que essa é “uma ideia universalmente constitutiva da historiografia” (HELLER, 1997, p. 133). Isto posto, apresentamos na sequência os detalhes de cada corte.

Primeiros anos (1935-1964)

A criação da *Voz Brasil* está ligada a um contexto que vai muito além das fronteiras brasileiras. Durante a década de 1930, o rádio passou a ser usado como instrumento de propaganda política por governos autoritários numa estratégia de comunicação que antecedeu a Segunda Guerra (GOLIN e ABREU, 2006). Os nazistas foram os primeiros a compreender a força do rádio como meio capaz de transmitir suas mensagens para uma grande quantidade de compatriotas e também para transpor as fronteiras nacionais com fins diplomáticos. Contudo, quando o Partido Nazista chegou ao poder, em 1933, o rádio ainda era uma novidade. Coube a Joseph Goebbels, ministro da Informação e Propaganda do governo, explorar as potencialidades do novo veículo como instrumento político do regime (SILVA, 2002).

O Brasil não estava alheio as transformações mundiais. Ainda que tardia, a industrialização progredia e impulsionava o crescimento dos centros urbanos, com a ascensão de uma massa de assalariados. Esse contexto também influenciou o rádio como meio de comunicação, que abandonara aos poucos o seu caráter elitista, com uma programação eminentemente erudita, para se popularizar e se firmar como um meio influente diante das novas relações de poder (FERRARETTO, 2012). Tal ruptura é cristalizada com a chegada ao governo do presidente Getúlio Vargas, em 1930. Vargas identifica no rádio um aliado político

e ideológico para o seu projeto nacional-desenvolvimentista, que demandava a coesão e mobilização da massa trabalhadora (NETO, 2013).

Para usar o rádio como instrumento político e de unificação nacional, Vargas atuou simultaneamente em duas frentes: ao mesmo tempo que expandia o número de emissoras pelo país, também criava novos decretos com o objetivo de ampliar o controle estatal sobre o veículo de comunicação (PEROSA, 1995). Um desses atos instituiu, em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que já tinha como atribuição a divulgação de um breve boletim informativo. Em 1934, o órgão foi rebatizado para Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e ficou sob o comando de Lourival Fontes, o principal responsável pela criação do Programa Nacional, primeiro nome da Voz do Brasil, em 22 de julho de 1935. A edição de estreia já contava com a ópera O Guarani na vinheta de abertura e foi transmitida dos estúdios da Rádio Guanabara, no Rio de Janeiro, pelo locutor Luís Jatobá (FONTES, 2019).

O uso político do novo programa foi imediato. Com o avanço dos protestos da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o governo passou a combater por seus microfones o movimento popular comunista que lutava contra o fascismo, o imperialismo e o integralismo de Vargas. Em 23 de novembro de 1935, Getúlio usou o espaço para fazer um pronunciamento contra o levante armado organizado por militares ligados à ANL. O presidente abriu o discurso afirmando que “forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade ensombrando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente”. Essas forças eram representadas pelo comunismo, que Vargas classificou como “o inimigo mais perigoso da civilização cristã” (PEROSA, 1995).

Em 27 de dezembro de 1939, dois anos após a decretação do Estado Novo, o DPDC foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), inspirado no modelo nazifascista de propaganda. Subordinado diretamente à Presidência, o novo órgão tinha como atribuição controlar e centralizar a comunicação do governo, além de censurar manifestações artísticas e veículos de imprensa contrários ao presidente. O DIP passou a ser o responsável pela produção do Programa Nacional. Nessa época, a hora também era ocupada por atrações culturais. Os minutos finais do programa eram destinados para as apresentações musicais, incluindo grandes sucessos da Era de Ouro do Rádio, como Carmem Miranda, Dalva de Oliveira e Herivelto Martins (ZUCULOTO, 2012).

Em janeiro de 1938, a transmissão passou a ser obrigatória para todas as emissoras de rádio do país, com horário fixo em rede nacional entre 19h e 20h. Outra novidade foi a

alteração do nome para A Hora do Brasil. As mudanças faziam parte de um projeto idealizado por Lourival Fontes para divulgar os discursos presidenciais no mesmo espaço onde artistas populares pudessem se apresentar. A estratégia tinha o objetivo de aumentar o interesse do público que, enquanto aguardava as atrações musicais, ouvia as exortações de Vargas.

A reformulação surtiu o efeito esperado pelo governo. Segundo o DIP, a população passou a se reunir nas praças de cidades do interior do país para ouvir o programa em alto-falantes instalados pelo governo. Por sua vez, a obrigatoriedade de transmissão da Hora do Brasil não foi bem recebida pelos donos de emissoras privadas, sobretudo em São Paulo, estado tradicionalmente antigetulista. Após a queda de Vargas, em 1945, muitos empresários passaram a pressionar o sucessor Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) para extinguir o programa. Em vez disso, ele foi reformulado.

Com o fim do Estado Novo houve a necessidade de desvincular o programa da imagem de Getúlio Vargas. Com isso, em 6 de setembro de 1946, ele mudou outra vez de nome e passou a se chamar A Voz do Brasil. Além disso, a atração começou a destinar 10 minutos de seu tempo para as informações do Congresso Nacional. Esse período também ficou marcado pelo crescimento do radiojornalismo no Brasil, com a criação do “Repórter Esso” e do “Grande Jornal Falado Tupi” (FERRARETTO, 2012).

Embora a profissionalização do jornalismo tivesse dado novos ares para o rádio brasileiro na década de 1940, o que também contribuiu para a reformulação da Voz do Brasil, a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, colocou novamente o programa na órbita tendenciosa e populista do governo. O espaço passou a ser usado como porta-voz de seu projeto nacional-desenvolvimentista. O ponto final ocorreu em 24 de agosto de 1954, data de seu suicídio, quando a Carta Testamento, deixada por ele, foi lida integralmente no programa (SILVA, 2002).

Após a morte de Vargas, os donos de emissoras novamente passaram a pressionar o governo para também dar um fim na Voz do Brasil. O que de fato ocorreu com a posse de João Café Filho. Ele baixou um decreto após assumir o poder extinguindo o programa. Mas a alegria dos empresários durou pouco. O novo presidente voltou atrás após precisar fazer um pronunciamento ao país (PEROSA, 1995). Com a queda de Café Filho, Juscelino Kubitschek usou o noticiário para divulgar seu ambicioso Plano de Metas.

A construção de Brasília teve ampla cobertura da Voz do Brasil, que enviou equipes ao local para acompanhar desde o início o andamento das obras. A inauguração, em 21 de abril de 1960, apresentou uma reportagem especial do marco histórico e foi retransmitida

pela Rádio Vaticano, com as bênçãos do Papa João XXIII. Os presidentes seguintes, Jânio Quadros e João Goulart, seguiram com a política desenvolvimentista de JK, interrompida com o Golpe de 1964.

Período autoritário (1964-1985)

Com a ditadura militar, A Voz do Brasil foi mais uma vez instrumentalizada pelo governo com fins autoritários. O programa passou a ser produzido pela Assessoria de Relações Públicas do Presidente da República (AERP). Nos primeiros anos, o espaço era usado com a finalidade de dar legitimidade ao regime. Para isso, buscou-se uma abordagem mais impessoal e objetiva, focando nos fatos em detrimento dos nomes. Uma das estratégias era divulgar números e dados positivos da economia. Com a censura instituída, o que era informado no noticiário oficial servia de modelo para os demais veículos de comunicação.

Uma das transmissões mais marcantes da Voz durante a ditadura militar foi o anúncio do AI-5. O decreto foi lido na íntegra pelo locutor Alberto Curi, seguido do pronunciamento do ministro da Justiça, Gama e Silva. Logo em seguida, o programa divulgou com exclusividade a primeira lista de cassações, que passou a ser o momento mais esperado do informativo. Nem o noticiário oficial foi poupado. Nomes como o do ex-presidente Juscelino Kubitschek e o de Dom Hélder Câmara foram proibidos de serem mencionados. Somado a isso, os repórteres não podiam fazer qualquer questionamento sob pena de serem demitidos ou presos. Na prática, foi instituída a autocensura nas redações.

Em 1971, uma pesquisa de audiência contratada pela AERP indicou que apenas 8% dos entrevistados diziam ouvir regularmente A Voz do Brasil. Outros 51% afirmaram nunca ouvir o programa, enquanto 41% o faziam muito raramente. Também foi constatado que o público considerava o noticiário antiquado para a época. Diante do resultado negativo, os militares promoveram mudanças para reverter o quadro. A abertura de O Guarani, presente desde a primeira edição, foi substituída pelo Hino da Independência e outras vinhetas foram criadas para intercalar as notícias. Além disso, um bloco de 10 minutos chamado de Jornal Nacional apresentava notícias mais factuais, incluindo acontecimentos internacionais.

A Copa de 1970 teve ampla cobertura da Voz do Brasil. O evento foi usado intensamente pelo regime militar para promover o patriotismo, os símbolos nacionais e ofuscar o endurecimento da repressão após a posse do general Emílio Garrastazu Médici, em 1969. Com isso, o programa mobilizou várias equipes de reportagem e criou um quadro específico de cinco minutos para tratar do tema. No dia da conquista da taça, todo o espaço

do noticiário foi dedicado às comemorações. O tricampeonato mundial era tudo que os militares queriam para usar a euforia como cortina de fumaça para normalizar o período mais opressor e sangrento da ditadura.

Além do sucesso no futebol, o início da década de 1970 foi marcado pelo bom desempenho do país na economia. O período ficou conhecido como “milagre brasileiro”. A Voz foi usada para projetar os números favoráveis ao governo e transmitir a imagem de que o Brasil passava pelo melhor momento de sua história. Contudo, o desenvolvimento econômico contrastava com a crescente desigualdade social, impulsionada pela desvalorização dos salários e o aumento da inflação. Como era de se esperar, os dados negativos eram manipulados ou simplesmente omitidos pelos microfones do noticiário oficial. Mesmo com o fim do AI-5, em 1979, o programa continuou a divulgar só o que interessava ao governo.

O último presidente militar, João Baptista Figueiredo, promoveu várias mudanças institucionais na área de comunicação do governo. Com a sua posse, em 1979, foi criada com status de ministério a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), que reestabeleceu a liberdade de imprensa. Outra medida foi a extinção da Agência Nacional e a criação da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que passou a ser a responsável pela produção da Voz do Brasil. No entanto, o noticiário permaneceu com o seu viés oficial. Nas eleições de 1984, por exemplo, o programa favoreceu o candidato Paulo Maluf, enquanto proibiu que fossem divulgadas informações do seu adversário Tancredo Neves, posteriormente eleito.

Reformulação estética (1985-2002)

A volta da democracia inseriu novos atores no jogo político, incluindo partidos progressistas como o PT e o PDT, permitiu a organização de instituições representativas, como os sindicatos, e deu ao jornalismo a liberdade para pluralizar suas fontes e pautas. Esse contexto também influenciou os rumos da Voz do Brasil. Embora o bloco do governo tenha mantido o viés unilateral, o espaço destinado ao Congresso passou a contemplar novas vozes com a abertura política. Com a doença de Tancredo Neves, que culminou com a sua morte, o vice José Sarney passou a ser oficialmente o presidente, em 1985.

Após o fim do regime militar houve a necessidade de também mudar o noticiário. A reformulação incluiu a descentralização das notícias, que passou a contar com blocos locais, o intercâmbio com agências estatais de outros países e a integração com as emissoras de TV e rádios educativas. Além disso, a trilha de abertura voltou com o tema de O Guarani e a

locução adotou um estilo mais informal. Os repórteres passaram a assinar o final de suas matérias com o nome e o local da gravação. Houve ainda a inserção de novos quadros, como o Brasil e a Constituinte.

As mudanças também foram sentidas dentro das redações. Acostumados com a autocensura, os jornalistas passaram a contemplar nas reuniões de pauta os partidos de oposição. Ouvir as vozes contrárias passou a ser um dos critérios de seleção da agenda, que também deu mais espaço para a prestação de serviço. Por sua vez, a EBN contou com várias alterações em seu comando, o que afetou diretamente o noticiário. A cada nova gestão, novas posturas e filosofias de trabalho eram criadas.

Ao assumir a ABN, em 1988, Getúlio Bittencourt abriu espaço na Voz do Brasil para a campanha em defesa da extensão do mandato de Sarney para cinco anos. Por outro lado, ele não se opôs a uma entrevista exclusiva com o oposicionista Paulo Roberto Coutinho Camarinha, que criticou fortemente a política econômica do governo. O episódio irritou o presidente e foi o estopim para extinguir o órgão e criar a Radiobrás, em 1988. A nova empresa ficou subordinada ao ministério da Casa Civil.

Sob o comando da Radiobrás, a Voz passou a priorizar as notícias de Brasília e reduziu a equipe de redação. As matérias passaram pelo crivo dos diferentes setores do governo, o que representou um retrocesso em relação as mudanças anteriores. Sarney entregou para Fernando Collor, em 1990, um país mergulhado em uma crise econômica e social, com altos índices de desemprego e inflação.

Durante o primeiro governo eleito diretamente, o programa oficial manteve sua postura tendenciosa e unilateral. A mudança mais contundente ficou por conta da trilha de abertura, que mudou para Aquarela do Brasil, de Ary Barroso. O *impeachment* de Collor recebeu pouco destaque em sua cobertura. Com a posse de Itamar Franco, o noticiário passou a focar na pauta econômica, com o lançamento do Plano Real, pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC). O plano de estabilização, que finalmente conteve a inflação, veio acompanhado de uma agenda de reformas e privatizações e impulsionou a vitória de FHC à Presidência da República, em 1994.

Durante o governo Fernando Henrique, a Voz passou por uma série de mudanças em seu formato. Em 1998, a locução do programa começou a ter uma voz feminina depois de mais de 50 anos no ar. Outra alteração foi na tradicional frase de abertura, que deixou de ser “Em Brasília, 19 horas” para “Sete horas, em Brasília”. Além disso, novos bordões foram acrescentados no início, como “Está no ar, a sua voz, a nossa voz, a voz do Brasil”. Outra

preocupação foi dar um tom mais informal aos apresentadores. Já a trilha sonora foi modernizada com versões de O Guarani em outros arranjos, como samba, axé, capoeira e clássica.

Fernando Henrique ficou conhecido como um presidente de perfil liberal, disposto a reduzir o tamanho do Estado e ceder às pressões de setores empresariais. Diante de um contexto aparentemente favorável, não faltaram propostas para tentar acabar com a Voz do Brasil em seu mandato. Entre as tentativas de extinção, estavam as propostas dos deputados Ricardo Bastos (PFL), em 1996, e Paulo Bauer (PFL), em 1998, que pretendiam tirar o noticiário definitivamente do ar. Outro projeto, de autoria do deputado Hermes Parcianello (PMDB), previa o pagamento de uma taxa de compensação para as emissoras, variando entre mil e três mil reais. Muitos parlamentares controlam indiretamente emissoras de rádio e seriam beneficiados com tal medida.

No Senado, o projeto de nº 264/95, do senador Pedro Simon (PMDB), previa apenas a redistribuição do horário do programa, destinando uma parte para “mensagens educativas e campanhas de utilidade pública” promovidas pelos poderes Executivo e Legislativo. Por sua vez, uma proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB) tinha o objetivo de levar a obrigatoriedade de transmissão também às emissoras de televisão. Mas, nesse caso, seria um programa exclusivo do Congresso Nacional com cinco minutos de duração. Todas essas iniciativas não avançaram e a Voz do Brasil continuou no ar.

Em 1996, o noticiário passou a contar também com um bloco do Poder Judiciário, sendo produzido pela Rádio Justiça, vinculada ao STF (Supremo Tribunal Federal). Com isso, o programa abriu espaço a todos os poderes e definiu o tempo ocupado por cada um deles. Os primeiros 25 minutos ficaram para o Poder Executivo, seguido de cinco minutos para o Poder Judiciário, 10 minutos para o Senado Federal e 20 minutos para a Câmara dos Deputados. Além do Poder Legislativo contar com a maior fatia (30 minutos) do espaço, o Tribunal de Contas da União (TCU), também recebeu um minuto do tempo para transmitir as suas mensagens durante três dias por semana.

Comunicação pública (2002-2015)

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em 2002 com um discurso moderado, prometendo a ortodoxia econômica, respeito aos contratos e reconhecimento da dívida externa brasileira, o que permitiu conquistar a confiança de parte da classe média e do empresariado. Em seu discurso de posse, se comprometeu em erradicar a fome, combater a

corrupção, criar condições para o crescimento sustentável e gerar novos empregos. Durante o seu governo, a Voz se tornou mais do Brasil e menos de Brasília. Pela primeira vez houve uma preocupação em usar os microfones do noticiário para atender ao interesse público (BUCCI, 2008).

Um dos principais responsáveis pelo projeto de reestruturação da comunicação estatal no país foi o jornalista Eugênio Bucci, que assumiu o comando da Radiobrás em 2003. Seu trabalho reposicionou a empresa, tendo como foco o jornalismo público, voltado para a prestação de serviços e a promoção da cidadania. Uma de suas preocupações era livrar a comunicação oficial dos vícios e das práticas herdadas do autoritarismo. A Voz do Brasil foi peça chave nesse processo de reconfiguração. Em artigo publicado na Folha de S. Paulo³, em 6 de março de 2006, Bucci afirmou que o programa era visto como uma peça de propaganda “chapa-branca, a serviço de instituições envelhecidas, insensíveis e distantes”.

A gestão de Eugênio Bucci na Radiobrás entendia que A Voz do Brasil não pertencia às pessoas dos governantes, nem estava a serviço de seus partidos e aliados, e buscou eliminar o que chamou de “proselitismo político” (BUCCI, 2008). Para isso, transformou o bloco do Poder Executivo num noticiário objetivo sobre o governo federal, com “foco no cidadão e sem ares ufano-promocionais”. Mas para Bucci, só a mudança de formato não iria melhorar a imagem do programa, considerada por ele como “uma forma de anticomunicação que mais irrita do que ajuda a maioria dos ouvintes”.

O antigo presidente da Radiobrás considerava que a transmissão do programa era uma necessidade, mas a imposição do horário era seu “pecado mortal”. Para ele, além de ser uma medida autoritária, a obrigatoriedade desconsiderava as diferenças regionais do país. “Quando em Brasília os relógios marcam 19h, os do Acre dão 17h, e é nesse horário que a Voz tem de ir ao ar na região”, argumentou. Para Bucci, se o programa tinha como função levar informações sobre os Poderes da República para as comunidades mais distantes, “às 17h, os adultos dificilmente podem ouvir o rádio e, portanto, continuarão sem saber de nada”, complementou.

Uma das maiores contribuições do governo Lula para um projeto de comunicação pública foi a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), em 2007. A nova estatal surgiu a partir da incorporação do patrimônio, do pessoal e das concessões de radiodifusão da Radiobrás e dos bens públicos da União que estavam sob a guarda da Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto). Com isso, pela primeira vez uma empresa de

³ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0603200610.htm>. Acesso em 16 jun. 2021.

comunicação federal tinha autonomia e independência em relação ao governo para definir produção, programação e distribuição de seus conteúdos, tendo como objetivo a promoção da educação e da cidadania (MIOLA, 2013).

Para dar autonomia à EBC, foi criado um Conselho Curador, de caráter técnico consultivo e deliberativo, formado por 22 membros, 15 deles da sociedade civil. A Lei nº 13.417 estabeleceu ainda uma ouvidoria, encarregada de exercer a crítica interna, e estipulou que o mandato de quatro anos do diretor-presidente da empresa não coincidisse com o do presidente do país (ROLANDO, 2011). Com a criação da EBC, o órgão passou a ser responsável pela produção do bloco governamental da Voz do Brasil através da divisão EBC Serviços.

A primeira diretora-presidente da EBC e uma das responsáveis pela sua concepção foi a jornalista Tereza Cruvinel. O propósito inicial era compreender a mídia pública como um espaço democrático e necessário entre o mercado e o Estado. Sob a sua gestão, a empresa modernizou toda a estrutura de produção e transmissão do grupo, composta por oito rádios públicas (cinco delas da Rádio Nacional e três da Rádio MEC), pela TV Brasil, criada em dezembro de 2007, e demais veículos. Para o primeiro ouvidor-geral da EBC, Laurindo Leal Filho, a implantação da empresa foi “um salto histórico” para a comunicação brasileira (LEAL FILHO, 2009, p. 325).

Lula chegou ao final do seu segundo mandato com uma alta taxa de popularidade e com a economia em expansão, o que viabilizou a permanência do PT no governo. Em 2010, Dilma Rousseff, ex-ministra da Casa Civil, foi eleita a primeira mulher presidente do país. Dilma manteve as bases do modelo de comunicação pública adotadas pela EBC e viabilizou o primeiro concurso público da empresa, em 2011. Na ocasião, foram ofertadas 537 vagas e cadastro de reserva para os cargos de analista, técnico, gestor e jornalista. No mesmo ano, o jornalista Nelson Breve assumiu o posto de diretor-presidente da estatal no lugar de Tereza Cruvinel.

Durante o governo Dilma, a Voz do Brasil deu continuidade ao projeto iniciado por Eugênio Bucci, apostando num formato dinâmico e com pautas voltadas para a promoção dos programas sociais e educacionais do governo (PIERANTI, 2017). Para Miola (2013), a implementação de um modelo de comunicação pública teve a capacidade de trazer, ainda que por um breve período, a regulação da comunicação para a agenda política. Esse debate tornou-se possível a partir de uma perspectiva progressista que considera os movimentos em prol da democratização da comunicação e da cultura.

Volta ao passado (2016-atual)

Em 12 de maio de 2016, o vice-presidente Michel Temer assumiu o governo interinamente após a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Uma de suas primeiras medidas no cargo, em 16 de maio de 2016, foi exonerar o diretor-presidente da EBC, Ricardo Pereira de Melo, contrariando a lei que deu autonomia para a estatal. Melo havia sido nomeado dias antes, em 3 de maio, por Dilma para um mandato de quatro anos. Para o lugar, foi indicado o jornalista Laerte Rimoli, assessor de comunicação de Aécio Neves durante as eleições presidenciais de 2014.

Para efetivar Rimoli, Temer editou uma Medida Provisória (MP) para alterar a lei que criou a EBC, passando por cima do Conselho Curador e colocando novamente a empresa sob a tutela do governo. No cargo, o novo diretor-presidente demitiu 30 funcionários e trocou o comando do grupo por seus aliados políticos. Entre as exonerações, estava a do diretor de programação, Albino Castro. Com o desmonte, vários segmentos da sociedade, como dos trabalhadores, do movimento negro, dos LGBTQI+, deixaram de ser ouvidos e foram excluídos da função de fiscalizar a gestão da empresa e o equilíbrio da cobertura jornalística, cuja finalidade era evitar a interferência estatal.

Durante a gestão de Michel Temer, a EBC passou por dois planos de demissão voluntária e reduziu o seu quadro de servidores. A Voz do Brasil voltou a ser instrumentalizada pelo governo, servindo de propaganda política das ações oficiais e dedicando a maior parte de seu espaço para sonorais e entrevistas das autoridades. Em 4 de abril de 2018, Temer sancionou a lei que flexibilizou⁴ o horário de transmissão do programa, podendo ser veiculado entre 19h e 22h, além de prever a dispensa em casos excepcionais. Durante a cerimônia de assinatura, ele lembrou que o programa foi criado no Estado Novo, e que não poderia impedir “que as emissoras de rádio tivessem a liberdade” de escolher o melhor horário para a sua emissão.

A posse de Jair Bolsonaro, em 2019, aprofundou ainda mais a crise da EBC e encerrou de vez o projeto de criar um modelo de comunicação pública para o país. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a fusão da TV Brasil com a NBR TV, confundindo as atribuições de um canal educativo e cultural com a de uma emissora oficial criada para fazer

⁴ Com a regulamentação do governo Bolsonaro, as regras permitem às emissoras veicular o programa entre às 19h e 21h. No entanto, as emissoras educativas seguem obrigadas a colocar no ar o programa às 19h. Já as rádios legislativas podem transmitir o noticiário até às 22h. O decreto permite ainda que as emissoras peçam dispensa junto ao Ministério das Comunicações para casos excepcionais e de interesse público, como eventos culturais, religiosos, esportivos, educativos ou jornalísticos.

propaganda do governo (BORGES; WEBER, 2013). Com Bolsonaro, a censura ficou escancarada na EBC. Vários fatos de grande repercussão na mídia foram silenciados nos noticiários do grupo, como o assassinato de José Alberto Silveira Freitas, morto por dois seguranças brancos em uma loja do Carrefour em Porto Alegre, e o discurso do ex-presidente Lula após a sua saída da prisão em Curitiba, além de protestos contra o governo.

Sob Bolsonaro, os cargos mais importantes da EBC continuaram a ser comandados por aliados. A diferença é que em vez de políticos, a nomeação foi de militares. O primeiro deles foi o general Luiz Carlos Pereira Gomes, que assumiu o posto de diretor-presidente acrescentando ao soldo uma remuneração de R\$ 29 mil. Em pouco tempo, Gomes entregou todos os cargos de diretoria da estatal aos amigos de farda. Assim, após três décadas do fim da ditadura, os militares novamente passaram a controlar a comunicação estatal. A Voz do Brasil, que seguiu na mesma linha tendenciosa retomada por Temer, não apresentou mudanças significativas no conteúdo e no formato do noticiário com a chegada de Bolsonaro.

Para comemorar os 85 anos, em 22 de julho de 2020, a Voz do Brasil apresentou uma edição especial, com a presença do ministro das Comunicações, Fábio Faria, nos estúdios e uma reportagem detalhando a história do programa. No entanto, não foi transmitida nenhuma mensagem do presidente. A efeméride ocorreu em plena pandemia da covid-19. A cobertura da maior crise sanitária vivida pelo país no noticiário oficial foi contaminada pelo discurso negacionista e anticientífico de Jair Bolsonaro (AMARANTE, 2021).

Mustafá e Amarante (2020) analisaram 30 programas do bloco do governo durante a primeira onda da pandemia e concluíram que as notícias sobre o novo coronavírus foram superficiais e focadas nos efeitos econômicos. Para os autores, com o passar dos meses, “a crise sanitária passou a ser abordada sem relevância e as mortes que nunca pararam de crescer no Brasil foram sendo normalizadas no noticiário, que continuou fazendo a cobertura de outros assuntos factuais” (MUSTAFÁ; AMARANTE, 2020, p. 267).

Em abril de 2021, cumprindo uma promessa de campanha, Bolsonaro incluiu a EBC no programa de privatização do governo federal alegando que a empresa dava prejuízos à União. Contudo, não foi divulgada se a intenção é a venda de toda a empresa, a permanência de parte dela ou mesmo a sua extinção. De todo modo, conhecendo a história aqui apresentada, dificilmente o governo abrirá mão dos seus 25 minutos diários no noticiário oficial.

Conclusão

A periodização aqui proposta revelou que A Voz do Brasil pouco mudou no decorrer das décadas analisadas. O programa surgiu no Estado Novo, como parte de um projeto autoritário do governo Getúlio Vargas, inspirado no modelo nazifascista de propaganda. Desde então, o espaço oficial é usado para divulgar as informações que interessam ao governo, sem compromisso com a objetividade jornalística, com o contraditório e o interesse público (BRANDÃO, 2017; SPONHOLZ, 2003).

As transformações no programa acompanharam desde o início as mudanças políticas dos diferentes governos e foram mais estéticas, relacionadas ao formato, do que ao conteúdo editorial. A cada novo presidente, é possível perceber alguma modificação na trilha sonora, na locução e no estilo de apresentar as notícias. Outra diferença é em relação ao órgão estatal responsável pela produção do noticiário, que passou por diferentes nomes e instâncias administrativas (ROLANDO, 2011).

O período em que a Voz do Brasil esteve mais conectada com a sociedade e que sofreu menos interferência estatal foi durante os governos Lula e Dilma (2003-2016), mas durou pouco tempo. Com a saída do PT do comando do país, o projeto de comunicação pública iniciado com a criação da EBC, foi praticamente extinto. A chegada de Bolsonaro ao poder, em 2019, consolidou o retrocesso iniciado por Temer, com a volta da censura e do uso político dos veículos estatais para abrigar aliados e defender o ponto de vista do governo.

Por fim, cabe destacar que a entrada dos Poderes Legislativo e Judiciário diversificou as vozes do noticiário e incluiu setores da oposição e da sociedade civil excluídas do bloco governamental. Uma sugestão para aprofundar os estudos sobre o programa é comparar como os diferentes poderes tratam da atualidade do país em seus espaços informativos, verificando as fontes ouvidas e o enquadramento das notícias. Entendemos que programa de rádio mais longo do país representa um lócus de excelência para entender a história, a política e a comunicação brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Erivelto. A desinformação como estratégia política: uma análise dos discursos presidenciais durante a pandemia da covid-19. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 14, n. 40, p. 48-67, 2021.

BORGES, Tiago Gautier Ferreira; WEBER, Maria Helena. **O noticiário na TV NBR entre o público e o governamental**. In: V Congresso da Compólitica. 2013.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito et al. **Conceito de comunicação pública. Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas, p. 01-33, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** In: Escritos sobre a história. 1992. p. 289-289.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas:** a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Editora Record, 2008.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic**, v. 14, n. 2, 2012.

FONTES, Lorena Maria Caliman. **Imparcialidade na comunicação governamental:** avaliação das notícias do Poder Executivo da Voz do Brasil em dois governos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador, 2019.

GOLIN, Cida; DE ABREU, João Batista (Ed.). **Batalha sonora:** o rádio e a Segunda Guerra Mundial. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2006.

HELLER, Agnes. **Teoría de la historia.** 5. ed. México: Fontamara, 1997.

LEAL FILHO, Laurindo. Percalços da TV pública: o caso da TV Cultura. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 67, p. 323-327, 2009.

MIOLA, Edna. A Empresa Brasil de Comunicação e o sistema da política midiática. **Eptic Online**, v. 15, p. 2, 2013.

MUSTAFÁ, Izani; AMARANTE, Erivelto. A pandemia no programa "A Voz do Brasil": análise de uma cobertura oficial. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 19, n. 35, 2020.

NETO, Lira. **Getúlio (1930-1945):** do governo provisório à ditadura do Estado Novo. Editora Companhia das Letras, 2013.

PEROSA, Lilian Maria Farias de Lima. **A hora do clique:** análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República. Annablume, 1995.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas públicas de radiodifusão no Governo Dilma.** Brasília-DF: FAC Livros/UnB, 2017.

ROLANDO, Stefano. **A dinâmica evolutiva da comunicação pública.** A dinâmica evolutiva da comunicação pública, p. 1-10, 2011.

SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la comunicación.** Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas. Barcelona: Bosch, p. 211-228, 1993.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, v. 10, n. 21, p. 110-120, 2003.

SILVA, Antônio Carlos. Os nacionalismos nas ondas do rádio. **Tempo de Histórias**, n. 6, 2002.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras.** 2010.